

AS NAÇÕES UNIDAS, A INDONÉSIA E TIMOR-LESTE

A consulta popular e a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste Primeiras reflexões

Ian Martin

Representante Especial do Secretário-Geral para a Consulta Popular em Timor-Leste
e Chefe da Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (unamet)

As opiniões expostas neste texto são apenas as do seu autor e não representam as posições oficiais das Nações Unidas.

Tradução de Carlos Gaspar.

Em 22 de Outubro de 1999, Xanana Gusmão, o lutador pela independência que assumira o comando das falintil quando estas estavam aparentemente derrotadas, duas décadas antes, e que fora capturado pelo exército indonésio, em 1992, e condenado a prisão perpétua, regressou a Timor-Leste. Oito dias depois estava presente no aeroporto de Comoro, quando os últimos representantes políticos e militares indonésios, que tinham invadido o território em 1975, partiram do território. Ao seu lado estavam os representantes das Nações Unidas e da interfet, a força multinacional mandatada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e comandada pela Austrália, o único país ocidental que reconhecera de jure a anexação indonésia de Timor-Leste. Os indonésios deixavam atrás de si um país devastado pelo seu exército e pelas milícias pró-integracionistas, onde, por um lado, os timorenses orientais estavam de luto pelas vítimas e ansiosos pela sorte de centenas de milhares de pessoas deportadas à força para Timor ocidental e, por outro lado, prevalecia o sentimento da libertação.

Em 5 de Maio de 1999, três acordos foram assinados em Nova Iorque, no fim de treze anos de negociações sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas. O acordo geral entre Portugal e a República da Indonésia trazia anexo uma proposta de autonomia da Indonésia e incluía dois outros acordos subscritos pelo Secretário-Geral e pelas Partes: um sobre as modalidades da consulta popular aos timorenses, através do voto directo e secreto, outro sobre os arranjos de segurança. Os acordos tornaram-se possíveis com uma inesperada viragem da Indonésia, que há muito estava contra a possibilidade da independência de Timor-Leste: em 27 de Janeiro de 1999, o Presidente B. J. Habibie anunciara que se o povo de Timor-Leste não concordasse em continuar a ser parte da Indonésia no quadro do plano de autonomia, o seu governo recomendaria à Assembleia Consultiva Popular da Indonésia (mpr), eleita na sequência das eleições de 6 de Junho, que fosse revogada a lei que integrava Timor-Leste na Indonésia. Os acordos estabeleciam que se os timorenses orientais rejeitassem a proposta de autonomia, iniciaria-se uma transferência pacífica de poderes para as Nações Unidas e um processo de transição para a independência de Timor-Leste.

A Indonésia insistira que a consulta se devia realizar a tempo de o Presidente Habibie apresentar os seus resultados à mpr, logo a seguir à sua convocação, marcada para fins de Agosto. Nesse quadro, os acordos previam um calendário em que a votação teria lugar em 8 de Agosto. Esse prazo impunha às Nações Unidas um quase insuperável desafio organizativo. Porém, o cepticismo acerca dos acordos era ainda maior quanto às disposições sobre a segurança. Em resposta à abertura do Presidente Habibie quanto à opção da independência, foram organizadas milícias em Timor-Leste e começaram os assassinatos e outras violações de direitos humanos contra os partidários da independência em Timor-Leste. O Conselho Nacional da Resistência Timorense (cnrt), a frente das forças pró-independência, bem como as organizações de solidariedade, defendiam que a segurança da consulta só podia ser garantida por uma força de segurança internacional ou com a retirada das Forças Armadas Indonésias (tni). No entanto, os acordos entregavam a responsabilidade pela segurança ao governo indonésio, cuja polícia seria a única responsável pela manutenção da ordem: tanto os militares como a polícia deviam ser estritamente neutrais. Do lado internacional existiria apenas um número limitado de polícias civis, que serviriam como consultores da polícia indonésia.

Tal não significava que as Nações Unidas não estivessem preocupadas com a violência das milícias. Essa preocupação era real e levou o Secretário-Geral a apresentar às Partes um memorandum que estabelecia os elementos que lhe permitiriam determinar se existiam as condições para iniciar as fases operacionais da consulta popular. Esses elementos incluíam o controlo dos grupos civis armados, a prisão e julgamento dos responsáveis pela violência e a proibição de reuniões de grupos armados, garantindo, ao mesmo tempo, a livre expressão de todas as forças e tendências políticas, a retracção do dispositivo militar indonésio e um processo de desarmamento de todos os grupos armados, que devia ser completado antes da realização da consulta. Porém, de acordo com os negociadores das Nações Unidas, de Portugal e outros Estados-membros relevantes, qualquer tentativa para impor à Indonésia uma força de segurança internacional significaria que não haveria nem acordo nem consulta popular.

Embora os acordos tenham sido assinados em 5 de Maio, a obrigação norte-americana de consultar o Congresso dos Estados Unidos fez com que o Conselho de Segurança só pudesse mandar a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (unamet) em 11 de Junho. A rapidez com que a unamet se instalou no território foi um feito administrativo e logístico que muitos consideravam impossível. Quatrocentos voluntários das Nações Unidas foram recrutados para servir sob a autoridade do responsável pelas eleições (Chief Electoral Officer) como responsáveis distritais em duzentos centros de recenseamento e de voto, a par de duzentos e setenta polícias civis e de cinquenta oficiais militares de ligação – não previstos nos acordos – cuja função de ligação com o tni se revelaria preciosa. Juntamente com a componente de informação responsável pela campanha de informação pública e uma pequena componente política para controlar a situação de direitos políticos e humanos na consulta, mais o pessoal administrativo, logístico e de segurança, a unamet chegou a atingir um pouco mais de mil pessoas.

Não obstante a rapidez invulgar com que a unamet se instalou, não era possível estar pronta para iniciar o recenseamento, como previsto, em 22 de Junho, de modo a garantir a votação em 8 de Agosto. Todavia, os acordos previam que o Secretário-Geral, antes do início do recenseamento, e com base na avaliação objectiva da unamet, confirmasse estarem reunidas as condições de segurança necessárias para a realização pacífica do

processo de consulta. Em meados de Junho não era esse o caso. Embora a presença da Missão, dos jornalistas e de outros observadores internacionais levasse a uma crescente normalização do quotidiano em Díli, a unamet constatava uma actividade continuada das milícias pró-integracionistas, de acordo com os relatórios que lhe chegavam de todo o território. Era claro que o tni não se limitava a ser cúmplice e comandava directamente as milícias e, devido a essa relação, a polícia indonésia foi excluída das acções contra os crimes das milícias. Confirmava-se não serem exagerados os relatórios das organizações não-governamentais, segundo as quais mais de quarenta mil pessoas se tinham tornado refugiados internos, e esse número aumentava à medida que persistiam as acções do tni e das milícias contra localidades pró-independência. Assim, as Nações Unidas decidiram adiar o início do recenseamento por três semanas, declarando, com verdade, que tal se devia à situação de segurança e a problemas logísticos. Os indonésios foram informados que as Nações Unidas queriam que esse período adicional fosse usado para conter as milícias. Na realidade, durante essas três semanas, as milícias atacaram o pessoal da unamet em Maliana e um comboio humanitário que atravessava Liquiçá. Esses incidentes, que foram tornados públicos, mereceram uma resposta firme das Nações Unidas e de Estados-membros relevantes. Porém, a decisão de começar o recenseamento em 13 de Julho foi tomada num contexto em que persistia a actividade e a impunidade das milícias. As Nações Unidas não desejavam fazer o jogo dos que queriam impedir a consulta popular através da intimidação do seu pessoal, mas a preocupação principal era a perseguição permanente movida aos timorenses pró-independência. Em particular, era preocupante que o número de refugiados internos continuasse a aumentar, o que levantaria sérias dúvidas sobre a viabilidade de um recenseamento geral, indispensável para a consulta.

Havia, no entanto, indicações de que a Indonésia estava a responder às pressões internacionais. Na sequência de compromissos perante as Nações Unidas e governos interessados em Jacarta, o Presidente Habibie deu ordens aos seus ministros, incluindo o general Wiranto, ministro da Defesa e chefe do tni, para visitarem Díli. Um novo adiamento teria tornado impossível uma votação em Agosto e podia pôr em causa a consulta. Nesse contexto, foi decidido adiar o início do recenseamento para 16 de Julho, a última data que garantia uma votação antes do fim de Agosto. O Secretário-Geral tornou claro que a abertura do recenseamento não implicava uma situação aceitável de segurança, que as condições para a realização da consulta ainda não existiam e que essa situação voltaria a ser avaliada em meados do período de recenseamento.

No momento da abertura do recenseamento parecia impossível que os refugiados internos, cujo número se elevava a sessenta mil, pudessem recensear-se e, mais tarde, votar no mesmo local, segundo os procedimentos previstos, embora o processo tivesse sido desenhado para permitir que as pessoas se pudessem recensear em qualquer centro, mesmo que não fosse o seu local de residência. Nessa matéria, subestimámos a extraordinária determinação e coragem dos timorenses, que, desde o primeiro dia, se recensearam em número consistente com um recenseamento geral e, a meio do período, considerámos ser possível continuar o processo, apesar da ausência da acção contra a ameaça das milícias. A nossa preocupação quanto aos refugiados internos persistiu mas, à medida que o recenseamento chegava ao fim, compreendemos que também esses se estavam a recensear, alguns correndo o risco de regressar aos locais donde tinham sido expulsos, outros nos locais onde se tinham refugiado. Ao todo, recensearam-se 446 666

peçoas, das quais 433 576 em Timor-Leste e os restantes nos centros de recenseamento externos na Indonésia, em Portugal e na Austrália. Esse número ultrapassava todas as expectativas, e mesmo os totais do recenseamento para as eleições indonésias, embora uma parte substancial dos que estavam incluídos nesse recenseamento não fosse elegível para a consulta popular, por serem indonésios sem relação com Timor-Leste pelo nascimento, descendência ou casamento, de acordo com o estipulado nos acordos.

Entretanto, estavam a ser desenvolvidos esforços para promover a reconciliação entre os dirigentes pró-independência e pró-autonomia, no sentido de garantir a aceitação pacífica dos resultados da consulta popular. Os bispos de Timor-Leste convocaram uma reunião entre os principais representantes de ambos os lados, no fim de Junho, com um sucesso limitado, embora todos se declarassem vinculados pelo resultado da votação. Depois, a unamet procurou obter um acordo para a formação de uma Comissão Consultiva Timorense, com um número igual de representantes dos dois lados e um pequeno número de independentes escolhidos pelas Nações Unidas. Esses esforços pareciam bem sucedidos, garantindo o apoio dos dirigentes políticos e das milícias pró-Indonésia, quer da linha mais radical, quer os mais moderados, embora os primeiros tenham acabado por rejeitar os resultados da consulta.

Contudo, não foi possível garantir o desarmamento. Segundo os acordos, essa função pertencia à Comissão de Paz e Estabilidade (kps), formada quando da visita do general Wiranto a Díli, depois dos ataques das milícias em Abril. Essa Comissão era dominada pelos militares e as Nações Unidas foram deliberadamente marginalizadas, apesar do seu lugar estar previsto nos acordos. A kps nunca ganhou a confiança do cnrt e das falintil. O tni, aparentemente empenhado em garantir o desarmamento das falintil, insistia num desarmamento recíproco das falintil e das milícias, ignorando a posição das falintil sobre a reciprocidade do próprio tni, que as falintil entendiam dever, pelo menos, ser acantonado nos seus quartéis distritais. A exigência do tni sobre o desarmamento das falintil e a pretensão ridícula de que as milícias estavam a depor as suas armas impediu que houvesse um efectivo desarmamento. As falintil, unilateralmente, aceitaram acantonar as suas forças, comprometendo-se a não deixar sair forças armadas dos seus quatro acampamentos. A unamet procurou obter uma posição recíproca do tni e das milícias e foi mediadora nos encontros entre os comandantes do tni e das falintil e entre os comandantes das falintil e representantes das milícias. Até às vésperas da votação, os comandantes das falintil e das milícias reuniram-se na sede da unamet para declarar publicamente que os seus homens deixariam de andar armados, e os chefes do tni e da polícia indonésia comprometeram-se a fazer cumprir esse acordo. Mas não tínhamos grande confiança nesses compromissos. As falintil, contudo, demonstraram sempre uma notável disciplina e contenção, decididas a não se deixarem arrastar para um conflito aberto que seria apresentado como uma guerra civil.

Os acordos proibiam os funcionários públicos indonésios de fazer campanha e estipulavam a neutralidade estrita das Forças Armadas e da polícia indonésia. Os funcionários públicos timorenses só podiam fazer campanha a título individual, sem usar fundos oficiais, nem recursos governamentais, e sem recorrer às suas funções para exercer pressões. Com efeito, os administradores locais estavam envolvidos com as milícias desde a primeira hora. Quando a unamet chegou, já estava em curso uma campanha de coerção e de persuasão a favor do voto pró-autonomia, mobilizando todos os meios do Estado e uma série de outros métodos: o terror e a intimidação, cerimónias

de juramento em que se bebia sangue, presença forçada em reuniões públicas, demissões e pressão sobre os funcionários públicos para tomarem partido, estímulos financeiros. A unamet apresentou às autoridades provas substanciais do envolvimento sistemático de funcionários públicos, com recurso a fundos públicos. À parte as alegações quanto à legitimidade do uso desses meios para «socializar» (isto é, explicar) a proposta de autonomia, nem essas provas, nem o facto de constituírem violações dos acordos foram desmentidos. O envolvimento de funcionários e de fundos públicos na campanha pró-autonomia tornou-se um pouco menos descarada, mas continuou até ao dia da votação.

A unamet, partindo de uma situação em que a maioria dos dirigentes pró-independência estavam clandestinos, procurou promover as condições para o funcionamento público do cnrt. As autoridades em Díli e na maioria das regedorias aceitavam, em princípio, o direito do cnrt abrir as suas sedes e destas serem protegidas pela polícia, mas os dirigentes do cnrt só nas vésperas, ou já depois do início da campanha, aceitaram correr esse risco. Nas negociações entre os dirigentes pró-autonomia e pró-independência foi possível aprovar um Código de Conduta para garantir uma campanha não-violenta e equitativa, e os dois lados cooperaram nas cerimónias de assinatura do Código e na abertura da campanha. As comissões regionais de campanha tiveram uma certa importância para evitar confrontos entre iniciativas concorrentes de campanha. O cnrt limitou o número de reuniões públicas e a sua visibilidade na campanha, declarando a sua confiança num apoio maioritário avassalador.

Nunca existiu, porém, uma situação equilibrada, e o período de campanha foi marcado por ataques das milícias contra a campanha pró-independência. Os estudantes partidários da independência, que tinham regressado da Indonésia ou de Díli para se fixarem nos distritos, foram objecto dos ataques mais violentos, por vezes fatais, e várias sedes do cnrt foram assaltadas e encerradas. Perto do fim da campanha, à medida que se aproximava o dia da votação, era patente a escalada de violência das milícias.

Não obstante, o sucesso da votação de 30 de Agosto ultrapassou todas as expectativas. Não se confirmaram os temores da unamet de que centros de voto pudessem não abrir nos distritos onde era maior a violência das milícias, e um pequeno número de encerramentos temporários foi rapidamente resolvido pela cooperação entre a polícia das Nações Unidas e a polícia indonésia. Puderam votar 98.6 por cento dos recenseados – um número espantoso – e, segundo as estimativas da unamet, metade já estava à espera para votar quando abriram as mesas de voto, o que era tanto mais notável quando milhares tinham sido forçados a fugir para as montanhas na sequência dos últimos ataques das milícias: desceram para votar e, em muitos casos, voltaram de imediato para as montanhas, antecipando um aumento da violência depois da votação. Quando a contagem terminou, na madrugada de 4 de Setembro, os resultados mostraram que 78.5 por cento dos votantes tinham rejeitado a proposta de autonomia, contra 21.5 por cento que aceitaram essa opção.

Antes do anúncio dos resultados, poucos duvidavam de que a extraordinária participação indicava uma clara maioria a favor da independência. No próprio dia da votação, elementos da linha dura pró-Indonésia começaram a preparar-se para rejeitar o resultado, alegando uma conduta imprópria da unamet, e para boicotar a Comissão Consultiva Timorense, à qual estavam vinculados. A violência começou logo: dois funcionários locais da unamet foram mortos no distrito de Ermera, mal se encerraram as mesas de voto. Noutros lugares, incluindo Díli, o anúncio dos resultados seria o sinal para o início

de operações sistemáticas, durante as quais as cidades e as aldeias foram saqueadas e os edifícios públicos e privados destruídos, enquanto os timorenses que não tinham conseguido fugir para o interior eram forçados a partir, por terra ou por mar, para Timor Ocidental. Uma avaliação completa da escala das violações de direitos humanos terá de aguardar as investigações e as acusações que resultarem dos relatórios dos inquiridos da Comissão Internacional nomeada pelas Nações Unidas e da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Indonésia. Em finais de 1999 estavam já documentadas centenas de mortes e acumulavam-se os casos de violações. Os culpados eram tanto membros das forças de segurança indonésias, como timorenses orientais e ocidentais membros das milícias, mas o grau de planeamento e coordenação das operações indicava terem sido dirigidas pelas tni, e a deportação para Timor Ocidental foi executada pela polícia.

A violência depois da votação começou por ser apresentada, em Jacarta, como uma reacção espontânea à parcialidade da unamet a favor das forças pró-independência, e os seus funcionários locais estiveram entre os primeiros objectivos e as primeiras vítimas. Essa percepção da parcialidade da unamet – na medida em que se possa admitir a boa-fé de alguns, enquanto outros fabricavam acusações e as usavam como uma tática para remeter a unamet para uma posição defensiva – decorria, no essencial, de dois factores: a nossa responsabilidade em tentar impor uma situação de equilíbrio, que pôs em causa o controlo das forças pró-integração, e o facto da unamet ter revelado publicamente o estado real da situação de segurança, incluindo o número de refugiados, o que era embaraçoso para os indonésios, nomeadamente as tni e a polícia. Por certo, a maioria dos funcionários locais da unamet era a favor da independência, mas isso apenas reflectia a população como um todo e não resultava de um critério de recrutamento. A sua função na consulta foi fortemente controlada por observadores, e nem a Comissão Eleitoral independente (que analisou as queixas das forças pró-integração), nem os observadores internacionais constataram qualquer comportamento inapropriado, para não falar de quaisquer actos que pudessem ter afectado o resultado da votação.

A resposta da campanha de informação da unamet às tentativas de intimidação dos votantes foi, no essencial, sublinhar que ninguém saberia como cada um e cada área geográfica tinha votado, e que as Nações Unidas, nos termos dos acordos, permaneceriam em Timor-Leste, qualquer que fosse o resultado da consulta. Se bem que estivesse prevista a saída da maior parte dos funcionários responsáveis pelas eleições, os contingentes de polícia civil e dos oficiais de ligação militares seriam reforçados, embora continuassem desarmados e o seu mandato limitado a funções de consulta e ligação, a menos e até ao momento em que as Nações Unidas assumissem as suas responsabilidades como autoridade no território se prevalecesse a escolha a favor da independência. Porém, a violência que se seguiu à votação forçou a unamet a retirar das regiões, uma por uma, trazendo para Díli os funcionários locais na medida do possível. Impedida pela violência das milícias de sair das suas instalações em Díli, a unamet era impotente mesmo para se opor à destruição da capital. A sua sede tornou-se o último refúgio de mais de um milhar de timorenses, bem como da missão oficial portuguesa de observadores e de um pequeno número de jornalistas. As milícias tinham conseguido assustar e fazer partir a maior parte da imprensa presente em Díli no dia do anúncio dos resultados, o que, sem dúvida, era um dos objectivos da sua violência programada.

Entretanto, aumentava a pressão para o envio de uma força militar internacional. Primeiro, o governo indonésio declarou a lei marcial em Timor-Leste e mandou novas

tropas do seu comando de reserva estratégica, que não tinham envolvimento prévio com as milícias. Mas a lei marcial não conseguiu pôr cobro à violência, cuja extensão foi denunciada quando uma delegação de Embaixadores do Conselho de Segurança visitou Díli: a sua visita, bem como os esforços intensos do Secretário-Geral Kofi Annan, levaram o governo de Habibie, em 12 de Setembro, a aceitar a assistência internacional para restaurar a ordem. Em 15 de Setembro, o Conselho de Segurança mandatou a força internacional para restaurar a paz e a segurança em Timor-Leste por todos os meios necessários, e o comandante australiano e os primeiros contingentes dessa força desembarcaram cinco dias depois.

Por volta de 8 de Setembro, o grau de risco para os funcionários da unamet nas instalações em Díli foi considerado inaceitável. A maior parte dos funcionários internacionais e todos os funcionários locais foram evacuados para Darwin, em 10 de Setembro, mas cerca de oitenta funcionários internacionais voluntariaram-se para ficar com os refugiados. Subsequentemente, a Austrália autorizou a entrada temporária dos refugiados e o governo indonésio e as tni foram persuadidos a aceitar a sua saída. Em 14 de Setembro, com excepção de uma dúzia de funcionários das Nações Unidas, todos partiram, juntamente com mais de mil e trezentos refugiados, que regressaram depois da instalação da interfet. Quando, em 25 de Outubro, o Conselho de Segurança estabeleceu a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste, a unamet integrou o pessoal que restava da unamet.

A destruição e a morte que se abateram sobre Timor-Leste depois da votação levantaram três questões principais, quer da nossa parte, como responsáveis pela execução dos acordos, quer da parte de críticos externos. Por que razão a extensão da violência, anunciada por tantas ameaças e avisos, não foi prevista e contida? Era correcto as Nações Unidas terem realizado a votação em condições de segurança que não correspondiam de todo ao estipulado nos acordos? Estavam os acordos de tal maneira viciados que as Nações Unidas nunca os deveriam ter sancionado como base para a consulta popular?

Foi sugerido que a violência não só era previsível, como fora antecipada por informações específicas sobre o seu planeamento, recebidas pela unamet. Desde a chegada da unamet, fomos submersos por relatórios orais e escritos sobre encontros entre as tni e as milícias em que, alegadamente, se planeavam ataques específicos contra os dirigentes e os bairros pró-independência e contra a própria unamet. Com raras excepções, esses ataques não ocorrerem como previsto. Os relatórios da unamet para o Secretariado, tal como os relatórios do Secretariado ao Conselho de Segurança, sempre sublinharam a actividade persistente das milícias e o envolvimento das tni. Muitas das previsões indicavam actos de violência para impedir a consulta popular, o que não veio a acontecer. Também existiam ameaças públicas, bem conhecidas pela comunidade e pelos meios de comunicação internacionais, sobre o banho de sangue que seria provocado por um voto a favor da independência. A dificuldade estava em avaliar se essas ameaças não tinham como objectivo influenciar o resultado da votação, sem ser necessariamente provável a sua concretização, ou se deviam ser tomadas a sério da parte dos seus autores, embora não pudessem ser levadas a cabo contra a vontade de um governo que quisesse evitar as consequências internacionais, ou se eram, de facto, fatalmente sérias. Por certo, era de esperar alguma violência, e tal reflectia-se na decisão de reforçar as componentes militar e policial logo que possível depois da votação.

Todavia, pensávamos que o comando das tni queria e podia impor a política governamental de modo a conter ou a impedir a violência, pelo menos na escala em que acabou por se verificar. Existiam sinais positivos nesse sentido, incluindo uma aparente cooperação entre os oficiais mais graduados das forças armadas e das polícias durante o recenseamento e a campanha e no próprio dia da votação, bem como a retirada tardia de oficiais das tni cujo envolvimento com as milícias era mais patente. As indicações sobre uma forte maioria a favor da independência eram tão evidentes para todos os observadores internacionais que assumimos que os indonésios tinham decidido aceitar esse resultado, pois, de outro modo, seria mais racional recorrer á violência para impedir a votação do que provocar a violência depois do resultado ter passado a ser um facto consumado. Constou que subestimámos até que ponto os indonésios e os timorenses pró-integração acreditavam que os seus esforços a favor do voto pela autonomia ainda podiam prevalecer, ou que o resultado seria por uma margem muito estreita e poderia ser rejeitado por acusações de parcialidade da unamet. Não foram só as Nações Unidas quem subestimou a probabilidade da violência depois da votação: esse cálculo era partilhado pela maior parte dos observadores diplomáticos, e o próprio Xanana Gusmão, que fez sérios avisos públicos sobre os riscos de violência, disse nunca a ter antecipado em toda a sua extensão.

Mesmo sem prever a escala da violência, não podia haver a menor pretensão de que tinham existido, em qualquer momento, as condições estipuladas pelos acordos. Foi errada, como certamente o seria na maior parte das circunstâncias, a decisão das Nações Unidas, em Agosto, de autorizar a realização da votação quando um dos lados tinha oportunidades limitadas de fazer campanha e persistiam ameaças violentas do outro lado? O paradoxo é que as vítimas da violência eram quem mais queria a votação. Se fosse adiada, era improvável que a oportunidade se pudesse repetir em melhores condições, ou de todo: a posição do Presidente Habibie, um dos poucos, na elite política de Jacarta, que defendia uma escolha livre dos timorenses, era muito incerta, enquanto a atenção internacional, representada pela enorme presença dos meios de comunicação de massa e centenas de observadores internacionais, podia revelar-se irrepetível e não tinha precedentes em Timor-Leste. Os Estados-membros que mais apoiaram a operação eram unanimemente a favor de prosseguir, e os dirigentes do cnrt, ao mesmo tempo que reclamavam uma presença militar internacional, preferiram a realização da votação, mesmo sem essa força, ao adiamento. O povo de Timor-Leste demonstrara no recenseamento a sua determinação de resistir à intimidação e a confiança na sua capacidade para manter essa atitude revelou-se bem fundada.

Não há dúvida de que o povo de Timor-Leste teria sido poupado a mais um dos ciclos de violência que marcaram a sua história se a consulta popular tivesse tido lugar com uma presença militar internacional mandatada para garantir a sua segurança, e os acordos têm sido criticados por entregar a responsabilidade pela segurança à polícia indonésia. Mas também não há dúvida de que qualquer tentativa para insistir numa presença internacional de segurança significaria a não realização do acordo. Uma posição mais forte, por parte de governos chave, na questão de Timor-Leste, talvez pudesse, com o tempo, mudar essa realidade, mas os negociadores trabalharam com a realidade existente no princípio de 1999. O que é notável não é que os acordos não incluíssem melhores garantias de segurança mas que pudessem ter sido concluídos: a outra realidade era que a

vontade do Presidente Habibie para aceitar a opção pela independência tinha escasso apoio, dentro e fora do seu próprio governo, e ainda menos nas tni.

Depois de desencadeada a violência a seguir à votação, a chegada da força multinacional pareceu penosamente lenta, no meio da morte e da destruição em Timor-Leste, mas ocorreu apenas dezasseis dias depois do anúncio dos resultados, com uma rapidez praticamente sem precedentes, graças, sobretudo, aos esforços do Secretário-Geral e aos planos de contingência da Austrália. Foi duro para os funcionários da unamet não terem podido continuar nas suas posições em todo o território, mas a unamet permaneceu para lá do limiar de risco aceitável para uma missão desarmada e a atenção internacional em relação à sua situação ajudou a garantir que as Nações Unidas cumpriram o seu compromisso de ficar ao lado do povo de Timor-Leste com a presença armada que se tornara essencial.

Em todo o caso, quem tem mais direito de responder a essas questões e julgar o papel das Nações Unidas na consulta popular é o povo de Timor-Leste. Em finais de 1999, mesmo no meio das cinzas das suas casas, sem notícias de parentes desaparecidos ou deportados, parece não haver muitas dúvidas de que o seu juízo é positivo.